



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13642 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

AS IMPLICAÇÕES DA LEI 13.415/2017 PARA O ENSINO MÉDIO INTEGRADO NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Idianes Tereza Mascarelo - UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul

### AS IMPLICAÇÕES DA LEI 13.415/2017 PARA O ENSINO MÉDIO INTEGRADO NOS INSTITUTOS FEDERAIS

**Resumo:** O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de Doutorado que está em andamento e tem por objetivo analisar quais são as principais implicações geradas pelo Novo Ensino Médio para o Ensino Médio Integrado ofertado pelos Institutos Federais de Educação. Compreende-se que a política do Ensino Médio Integrado contribuiu para consolidar e aprimorar as experiências que estão comprometidas com a perspectiva crítica de educação e que visa formar sujeitos livres, emancipados e autônomos. As alterações propostas pela Lei nº 13.415/2017 impactam nas experiências curriculares dos IF's, aos quais estão fundamentadas na concepção de integralidade da formação humana e na indissociabilidade entre formação geral e formação técnica. Realizou-se uma pesquisa qualitativa de cunho teórico-metodológico, objetivando verificar e analisar o que os dados da pesquisa bibliográfica apresentam acerca do tema. Os dados investigados indicaram três principais eixos temáticos denominados: currículo integrado; dualismo; precarização da educação. Concluímos que a Reforma do Ensino Médio reforça a dualidade de ensino, implica na organização curricular, compromete a integração curricular e precariza ainda mais o trabalho docente.

**Palavras-chave:** Reforma do Ensino Médio. Ensino Médio Integrado. Currículo Integrado.

#### Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar quais são as principais implicações geradas pela Reforma do Ensino Novo Ensino Médio para o Ensino Médio Integrado ofertado pelos Institutos Federais de Educação. Os IF's vêm sendo pressionados a implementar as apostas

políticas educativas dadas pela Reforma, mesmo que isso comprometa a experiência acumulada nesta rede em relação à concepção e às práticas de integração curricular, um marco na história da Educação Profissional Tecnológica no Brasil.

A proposta de organização e oferta do Ensino Médio Integrado que se faz referência, diz respeito ao percurso histórico trilhado pelos IF's quanto à experiência desenvolvida até então com o currículo integrado, articulando disciplinas técnicas e propedêuticas. Tal proposta se materializou no campo da prática evidenciando que, mesmo com significativos avanços na constituição de experiências de formação integrada, ainda se precisa avançar através de uma práxis educacional que qualifique a integração curricular.

## **Metodologia**

Este estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa qualitativa de cunho teórico-bibliográfico e tem por objetivo reunir e analisar textos publicados sobre o tema a fim de compreender o que dizem os estudos e as análises recentes sobre as implicações da reforma atual do Ensino Médio para o EMI ofertado pelos IF's.

Como ferramentas de pesquisas foram utilizados o Portal de Periódicos da Capes/MEC, o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, os repositórios da UFSC, da UDESC e os repositórios dos cursos de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional do IFSC e do IFC. Foram localizados 10 artigos e 3 dissertações de Mestrado, num recorte temporal de 2017 até 2023. As principais informações foram registradas em uma planilha com o objetivo de identificar e categorizar as principais contribuições para o estudo. Os dados investigados são apresentados a partir de três eixos temáticos denominados: currículo integrado; dualismo e precarização da educação.

## **Análise e discussão dos dados**

Em relação ao currículo integrado, os estudos corroboram a proposta do Ensino Médio Integrado enquanto política educacional curricular que trouxe profundos avanços na história da Educação Profissional. As análises, de forma geral, destacam que as atuais Reformas do Ensino Médio e da Educação Profissional contrariam expectativas e a trajetória dos Institutos em relação à formação humana integral. Portanto, existe um distanciamento da atual com a concepção de educação dos Institutos e seus projetos do Ensino Médio Integrado, motivo que explica o momento de defesa e resistência da comunidade acadêmica.

Pensar e realizar propostas educativas integradoras significa romper com práticas dualistas que instigam a rápida inserção dos jovens no mercado de trabalho. Nesta direção, a identidade política e formativa que se almeja está comprometida com princípios pedagógicos políticos engajados com a transformação societária e com o enfrentamento do dualismo

estrutural. Sobre este aspecto, como segundo eixo da produção analisada, destacamos que a atual Reforma reforça ainda mais o caráter dualístico da educação e do currículo. O desafio está na defesa da formação humana integral, reafirmando o papel da educação como um direito social comprometido com a perspectiva da emancipação humana. Para tanto, no âmbito dos Institutos Federais, a experiência de uma formação integrada vem fortalecendo a defesa da superação da divisão social do trabalho e da dualidade de classes.

O Ensino Médio no Brasil, com seu caráter dual que expressa a complexa estrutura de classe e a história colonial da formação social brasileira, carece de identidade política e formativa, sendo, com isso, presa fácil de propostas conservadoras que reivindicam, de tempos em tempos, um caráter pedagógico inovador. (PELISSARI, 2021, p. 213).

O Ensino Médio Integrado ofertado nos Institutos Federais de Educação parte da ideia de que a formação integrada contribui para romper com o dualismo estrutural ainda presente na educação brasileira. Portanto, trabalhar o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é compreendido como uma condição necessária para fazer a travessia para uma nova realidade. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005). A formação que se deseja, nesta perspectiva, está alicerçada nos princípios da omnilateralidade e da politecnicidade, que visam a formação dos jovens para além da mera preparação da força produtiva. Trata-se de uma concepção comprometida com a totalidade da formação humana e sua emancipação social.

A atual Reforma apresenta rupturas nesse sentido. Ela diverge da experiência acumulada nos Institutos e interrompe com o que foi construído na historicidade do Ensino Médio Integrado. Trata-se de uma política educacional alinhada com os interesses do empresariado e, conseqüentemente do sistema produtivo capitalista. Portanto, a atual Reforma não garante o direito da educação básica comum e igual para todos, bem como, nega o direito a uma educação que oportunize a formação dos estudantes para sua inserção social e também no mundo do trabalho.

Como terceiro eixo da análise, destacamos a precarização da educação visto que, os Institutos Federais em Educação, nos últimos anos, têm sofrido as consequências das políticas públicas que resultaram no retrocesso e na precarização da organização e estrutura do ensino. Através da política de redução de gastos e da terceirização da educação a Reforma não prioriza os princípios da oferta do EMI, fragilizando o compromisso e as condições de possibilidade para a formação humana integral, emancipatória e democrática. Com a publicação das novas Diretrizes Curriculares, aprovada pela Resolução Nº 1/2021 houve a redução do Ensino Médio Integrado em um itinerário formativo, autorizando também a concessão de certificados intermediários de qualificação profissional e possibilitando a composição de cursos de curta duração sem que garantam a integração curricular.

A diminuição dos investimentos em laboratórios reflete na realização de aulas práticas, ficando minimizado com a oferta de aulas EaD. Sobre este aspecto, uma das

implicações decorrentes desta precarização é a falta de garantias para a vivência de uma formação que oportunize aos jovens a formação propedêutica e técnica com base nos princípios da integração do ensino, da pesquisa e da extensão.

A contratação dos professores através do notório saber também foi citada como uma ameaça ao futuro dos IF's, pois permite que os sistemas de ensino contratem docentes com base em suas experiências profissionais para atuarem no ensino médio, precarizando ainda mais o trabalho docente e a dimensão pedagógica do currículo integrado. Os docentes contratados pelo notório saber que atuarão com as disciplinas técnicas tendem a não considerar os princípios da integração curricular em suas práticas educacionais.

### **Considerações finais**

Com base nas implicações identificadas na literatura disponível podemos afirmar a relevância em estudar os impactos da Reforma do Ensino Médio para a organização e oferta do Ensino Médio Integrado da Rede Federal. Podemos inferir que, atualmente, em muitos institutos da rede, a Reforma vai se materializando através da reestruturação das Propostas Curriculares dos cursos que precisam se adequar às novas normativas. A precarização oriunda do desinvestimento financeiro também compromete os esforços demandados para que a Rede consiga obter respaldo social enquanto instituição pública federal, gratuita e de qualidade, com condições adequadas para a manutenção e aprimoramento de suas experiências de integração curricular na formação técnica de nível médio. Num cenário geral, as novas orientações da Reforma se materializam quando arranjos curriculares vão tomando forma, impactando na oferta do Ensino Médio Integrado e no seu compromisso com os princípios da justiça e transformação social.

### **Referências**

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do decreto 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (org.). **Ensino Médio integrado: concepções e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 21 -56.

PELLISSARI, Lucas Barbosa. Programa novos caminhos: ajuste da Educação Profissional e Tecnológica aos princípios da reforma educacional. In: CAETANO, Maria Raquel; JÚNIOR, Manoel José Porto, SOBRINHO, Sidinei Cruz. **Educação profissional e os desafios da formação humana integral: concepções, políticas e contradições**. Curitiba: CRV, 2021. p. 211- 224.